



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
Processo de Compra nº 696/2017-1

**EDITAL DO PROCESSO DE COMPRA Nº 696/2017-1  
PREGÃO ELETRÔNICO**

**Objeto:** Registro de Preços para eventual aquisição e instalação de módulos para tablado e carpetes para tablados destinados às salas de audiência, a serem utilizados nas Unidades de todas as circunscrições deste E. Tribunal.

**Registro de Preços:** Sim **Possibilidade Adesão de Outros Órgãos:** Não

**Exclusiva ME/EPP:** Não

**Margem de Preferência:** Não

**Valor Total Estimado: R\$ 882.800,00 (totalidade dos lotes)**

**Data e local da disputa: 30/11/17, até as 10h00** para inserir propostas; e, às **11h00** início da disputa, no endereço eletrônico [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)

**Licitação nº: 698122**

**Vistoria Prévia:** Facultativa **Agendamento:** junto ao(à) Coordenador(a) de cada Unidade.

**Amostra Prévia:** Não

**Laudo/Certificado:** Sim (FSC/Cerflor)

**Documentos de Habilitação**

**Jurídica**

Ato constitutivo, estatuto, contrato social ou outro documento exigível

**Previdenciária, fiscal e trabalhista**

Prova de inscrição no CNPJ e no Cadastro de contribuintes municipal ou estadual

Prova de regularidade previdenciária e fiscal (federal, estadual e municipal) e CRF ou Sicaf

Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho

**Qualificação Técnica**

- Apresentação de um ou mais atestados de comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantitativos e prazos com o objeto desta licitação, com a discriminação dos serviços prestados e respectivas quantidades, emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

**Econômico-financeira**

- Balanço patrimonial com ILC maior ou igual a 1,00, ou Capital Social/Patrimônio Líquido de 10% do valor anual estimado para a contratação, por lote;
- Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial.

**Outros:**

Declarações

**Prazos**

**Envio proposta e documentação por meio eletrônico**

3 horas após solicitação do pregoeiro

**Envio proposta e documentação originais**

3 dias úteis após solicitação do pregoeiro

**Pedido de esclarecimentos**

Até 3 dias úteis anteriores ao pregão

**Impugnação**

Até 2 dias úteis anteriores ao pregão

**Endereço eletrônico para todas as tratativas referentes ao presente certame**

[licita@trt15.jus.br](mailto:licita@trt15.jus.br)

**Telefones**

(19) 3232-8519 ou 3231-9500 ramais 2580/2523



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
Processo de Compra nº 696/2017-1

## **EDITAL DO PROCESSO DE COMPRA Nº 696/2017-1 PREGÃO ELETRÔNICO**

### **REGISTRO DE PREÇOS**

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO** torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma eletrônica, tipo menor preço, pelo Sistema de Registro de Preços, regida pelo disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, em especial pelo disposto no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, no Decreto 8.538, de 06 de outubro de 2015, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e demais condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

#### **1. DO OBJETO**

1.1. Registro de Preços para eventual aquisição e instalação de módulos para tablado e carpetes para tablados destinados às salas de audiência, a serem utilizados nas Unidades de todas as circunscrições deste E. Tribunal, conforme especificações contidas no Anexo I - Termo de Referência, parte integrante deste edital.

1.2. Os desenhos dos módulos, nos formatos PDF e CAD, integram o Anexo "A" ao Termo de Referência e poderão ser obtidos, juntamente com o presente edital, no endereço eletrônico: <http://portal.trt15.jus.br/downloads>.

#### **2. DAS DATAS E DO ENDEREÇO ELETRÔNICO**

<b>a. Recebimento das Propostas:</b>	<b>Até as 10h00 do dia 30/11/2017</b>
<b>b. Início da disputa de preços:</b>	<b>30/11/2017, às 11h00</b>
<b>c. Endereço Eletrônico:</b>	<b><a href="http://www.licitacoes-e.com.br">www.licitacoes-e.com.br</a></b>

**Todos os horários estabelecidos neste edital observarão o horário de Brasília - DF.**

2.1. Caso ocorra qualquer circunstância que impeça a realização da disputa na data designada, será aberta a sessão no dia útil subsequente, no mesmo horário. Eventual desconexão do(a) Pregoeiro(a) ou indisponibilidade do sistema eletrônico durante o correr da disputa encontra-se regulada no item 6.10 do presente.

2.2. Prevalerão os termos do presente Edital, na hipótese de eventuais divergências com as informações postadas no sistema de licitações do Banco do Brasil ([www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)).

#### **3. DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES**

3.1. Os interessados em participar do Pregão eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), para o acesso ao sistema eletrônico, obtidas nas agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no País.

3.1.1. É de exclusiva responsabilidade do licitante o uso da senha de acesso ao sistema eletrônico, quer pelo seu representante, quer por terceiros, ainda que indevidamente.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
Processo de Compra nº 696/2017-1

3.2. Eventuais dúvidas relativas ao sistema [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) poderão ser sanadas pelos telefones do "BB Responde": 4004-0001 (capitais e regiões metropolitanas) ou 0800-7290001 (demais localidades), ou 3003-0500 (Suporte Técnico).

3.3. É vedado a uma só pessoa física representar mais de uma empresa neste Pregão.

3.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

#### 4. DA PARTICIPAÇÃO

4.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da Proposta de Preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados rigorosamente a data e horário limites estabelecidos no item 2, alínea "a" para o recebimento das propostas.

4.1.1. O acesso para a informação dos dados deverá ser feito na página inicial do site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), opção "**Acesso Identificado**".

4.1.2. O licitante deverá OBRIGATORIAMENTE enviar sua proposta comercial, por meio eletrônico, conforme instruções do sistema.

4.1.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, declarando como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Banco do Brasil S.A. (órgão provedor do sistema) ou ao TRT, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.2. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, antes de registrar sua proposta, o tipo de segmento quanto ao faturamento, que **cumprirá plenamente os requisitos de habilitação**, bem como que **a proposta está em conformidade com as exigências editalícias**, sujeitando-se às sanções previstas neste instrumento convocatório, na hipótese de prestação de declaração falsa.

4.3. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

4.3.1. Em recuperação judicial, extrajudicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

4.3.2. Que estejam com o direito de licitar e contratar com este órgão suspenso, ou que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com quaisquer órgãos, entidades ou unidades da Administração Pública;

4.3.3. Que estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

4.3.4. Que estejam enquadradas como OSCIP - Organização Social de Interesse Público (Acórdão TCU 746/2014-Plenário).



## 5. DA PROPOSTA ELETRÔNICA

5.1. O licitante deverá consignar em campo próprio do sistema eletrônico ([www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)), até a data e horário limites para recebimento das propostas, o **VALOR TOTAL OFERTADO PARA O LOTE DE INTERESSE**, conforme o disposto no Termo de Referência (Anexo I), em reais, em algarismos, já incluídos todos os impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outras despesas. Os preços serão calculados mediante a fórmula abaixo:

<b>Valor Total do Lote =</b>	<b><math>\Sigma</math> Valores Totais dos Itens (valores unitários x quantidade)</b>
------------------------------	--

5.2. O critério de aceitabilidade dos preços será de acordo com os valores praticados no mercado, observados os valores estimados por este Tribunal (Anexo I).

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. Até o prazo limite para acolhimento das propostas, previsto no item 2, alínea "a", os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

6.2. A partir do horário previsto no item 2, alínea "b", a sessão pública será aberta por comando do(a) Pregoeiro(a).

6.3. O(A) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital.

6.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) Pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.5. Classificadas as propostas, o(a) Pregoeiro(a) dará início à fase competitiva, no horário previsto no item 2, alínea "b".

6.6. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.7. Em caso de empate, prevalecerá o lance que for recebido e registrado primeiro.

6.8. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor de menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

6.10. No caso de desconexão do(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.10.1. Quando a desconexão do(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão na forma eletrônica poderá ser suspensa e reiniciada somente após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

6.10.2. Na hipótese de ocorrência de total indisponibilidade do sistema



eletrônico, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, que deverá ser retomada às **11h00** do dia útil subsequente.

6.11. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do(a) Pregoeiro(a). O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até **30 (trinta) minutos**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

## 7. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, será assegurada às microempresas e às empresas de pequeno porte, como critério de desempate, preferência de contratação desde que as propostas apresentadas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço ofertado na fase de lances, observado o seguinte procedimento:

7.1.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela detentora do melhor preço, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após a convocação do(a) Pregoeiro(a), situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

7.1.2. Não havendo apresentação de proposta na forma do subitem 7.1.1, serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes que se enquadrem na hipótese do subitem 7.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.1.3. O não exercício do direito de preferência ensejará a adjudicação do objeto licitado em favor da proposta originalmente vencedora.

7.1.4. O disposto no subitem 7.1 somente será aplicado quando o melhor preço ofertado na fase de lances não houver sido apresentado por microempresa ou empresa de pequeno porte.

## 8. DA NEGOCIAÇÃO

8.1. Poderá o(a) Pregoeiro(a), encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas no edital.

8.1.1. Todo o procedimento indicado no subitem 8.1 poderá ser acompanhado pelos demais licitantes.

## 9. DA PROPOSTA ATUALIZADA DE PREÇOS

9.1. A empresa detentora do menor lance deverá encaminhar, **no prazo de 3 (três) horas**, contadas da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema eletrônico, a **Proposta Atualizada de Preços**, readequada ao lance vencedor ofertado, devidamente preenchida conforme modelo do Anexo III, por fac-símile (19) 3236-1162, ou por meio eletrônico ([licita@trt15.jus.br](mailto:licita@trt15.jus.br)), com posterior entrega do original à Coordenadoria de Licitações, localizada na Rua Dr. Quirino, 1.080, 5º andar, Centro, Campinas/SP, CEP 13015-081, **no prazo de 3 (três) dias úteis**, contados a partir do 1º dia útil subsequente à data de solicitação do Pregoeiro(a).



9.1.1. A Proposta Atualizada deverá ser datilografada ou digitada, vedada sua apresentação manuscrita, sem emendas, adendos ou rasuras, e **devidamente assinada pelo representante legal da empresa**, não se admitindo, no preenchimento dos valores, o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente.

9.1.2. Por ocasião da apresentação da Proposta Atualizada, a empresa deverá informar seus dados bancários, tais como número da conta, número da agência e nome do banco (ver Anexo III).

## 10. DA VALIDADE DA PROPOSTA

10.1. As propostas apresentadas terão validade mínima de 90 (noventa) dias, contados da data de encerramento da sessão pública do pregão.

## 11. DAS AMOSTRAS

11.1. Não serão solicitadas amostras no presente certame.

## 12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Somente será julgada habilitada a empresa que apresentar toda a documentação em conformidade com as exigências estabelecidas no Anexo II deste Edital.

**12.1.1. Os documentos de habilitação relacionados no Anexo II, a comprovação dos critérios de sustentabilidade ambiental (FSC/Cerflor), bem como a declaração constante do Anexo V, deverão ser remetidos juntamente com a Proposta Atualizada na forma e nos prazos especificados no subitem 9.1.**

12.2. Os documentos necessários à habilitação deverão estar válidos na data da abertura da sessão.

12.3. O(a) Pregoeiro(a) procederá à conferência de todos os documentos que ensejem sua verificação na *Internet* e, quando não enviados, imprimirá os que se encontrarem disponíveis.

12.4. A microempresa ou a empresa de pequeno porte que desejar fazer jus ao direito de preferência outorgado pela Lei Complementar nº 123/06, deverá comprovar a conformidade com os incisos I ou II do art. 3º da referida Lei, por meio do envio, no prazo estabelecido no subitem 9.1, do Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social exigível ou do Imposto de Renda onde conste a Receita Bruta do mesmo exercício. Outrossim, deverá apresentar declaração, devidamente assinada por seu representante legal, de que faz jus aos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/06 (Anexo VI).

12.4.1. Não comprovada a conformidade com o subitem 12.4, a empresa ficará sujeita à aplicação das sanções descritas no item 20 deste Edital.

12.4.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado à microempresa ou à empresa de pequeno porte, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou



parcelamento do débito, e apresentação de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

12.4.2.1. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 12.4.2, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

### **13. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA E DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO**

13.1. No julgamento das propostas, a classificação dar-se-á pelo critério de **menor preço, sendo considerada vencedora a proposta com o menor Valor Total do Lote.**

13.2. Serão desclassificadas as propostas manifestamente inexequíveis, as que apresentarem preços excessivos e as que não atenderem às exigências deste Edital.

13.2.1. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.

13.3. No julgamento da habilitação e das propostas, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.4. O(A) Pregoeiro(a) poderá realizar diligências ou requisitar informações, incluindo esclarecimentos e detalhamentos sobre as propostas, sem implicar a modificação de seu teor ou a inclusão de documento ou informação que deveria constar originariamente na proposta.

13.4.1. A não apresentação das informações solicitadas implicará o julgamento no estado em que se encontram as propostas, podendo resultar em sua desclassificação.

13.5. Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências editalícias, o(a) Pregoeiro(a) examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências. O(A) Pregoeiro(a) poderá negociar com o proponente para que seja obtido preço melhor.

13.6. Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, será declarado o vencedor e adjudicado a este o objeto do certame, sendo o adjudicatário convocado para assinar a ata, o contrato ou instrumento equivalente, no prazo e condições definidos no item 16.

13.7. Da sessão pública do Pregão lavrar-se-á ata circunstanciada, que estará disponibilizada na *Internet* para acesso livre, imediatamente após o encerramento da sessão.

### **14. DO CADASTRO DE RESERVA**

14.1. Confirmada a regularidade da Proposta Atualizada de Preços e dos documentos habilitatórios do licitante vencedor, o(a) Pregoeiro(a) convocará os licitantes remanescentes, pelo sistema eletrônico, para formação do cadastro de reserva, conforme previsão do Decreto 7.892/2013.

14.1.1. Para serem incluídos no cadastro de reserva, os licitantes remanescentes deverão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante declarado vencedor, registrando-





Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
Processo de Compra nº 696/2017-1

a, exclusivamente, por meio do *chat* do sistema eletrônico, no prazo máximo de 30 minutos, contados da convocação pelo(a) pregoeiro(a).

14.1.1.1. Não obstante o registro no *chat*, o licitante deverá, ainda, encaminhar, por e-mail ([licita@trt15.jus.br](mailto:licita@trt15.jus.br)), a Proposta Atualizada de Preços (Anexo III), devidamente assinada por seu representante legal, juntamente com o contrato social da empresa, no prazo de 3 (três) dias úteis contados do registro previsto no subitem anterior.

14.1.1.2. A Proposta Atualizada a que se refere o subitem anterior deverá ser apresentada com o título: CADASTRO DE RESERVA.

14.1.2. O registro a que se refere o subitem 14.1.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013, bem como na hipótese do parágrafo único do artigo 13 do referido decreto, e não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

14.1.3. Se houver mais de um licitante aceitado cotar seus materiais com valor igual ao do licitante mais bem classificado, será obedecida para a classificação, a ordem da última proposta apresentada na fase competitiva.

## 15. DOS RECURSOS

15.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão, manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, com registro da síntese de suas razões, no prazo máximo de até 120 (cento e vinte) minutos, findo o qual restará inquestionável, por via de consequência, a decadência ao direito de interposição recursal.

15.1.1. O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá apresentar as razões do recurso no prazo de 3 (três) dias, ficando os demais licitantes, a partir de então, intimados para, querendo, apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.1.2. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.2. Eventual recurso deverá ser dirigido ao Senhor Diretor-Geral deste E. Tribunal, por intermédio do(a) Pregoeiro(a), e ser entregue no Protocolo Administrativo, localizado na rua Barão de Jaguará, 901, 4º andar, Centro, CEP: 13015-927, Campinas/SP, no prazo definido no subitem 15.1.1.

15.2.1. Não obstante o disposto no subitem 15.2, o recurso deverá ser encaminhado, na mesma data por e-mail, ao endereço eletrônico [licita@trt15.jus.br](mailto:licita@trt15.jus.br). O envio por e-mail não supre a necessidade disposta no subitem 15.2.

15.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto pelo(a) Pregoeiro(a) ao vencedor.

15.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.





## **16. DAS CONDIÇÕES PARA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

16.1. Após a homologação do resultado da presente licitação, será lavrada Ata de Registro de Preços e convocado o vencedor para a sua assinatura, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da sua convocação, ocasião em que será verificada se a empresa mantém as condições de habilitação previstas em edital.

16.1.1. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado pela empresa vencedora durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, devidamente comprovado, aceito pelo Tribunal.

16.1.2. O não cumprimento do disposto no subitem 16.1 sujeitará a empresa vencedora ao disposto nos artigos 64 e 81 da Lei n.º 8666/93 e ao pagamento de multa de 1% (um por cento) sobre o valor adjudicado.

16.1.3. É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

## **17. DO REGISTRO DE PREÇOS**

17.1. A existência de preços registrados não obriga este E. Tribunal a adquirir os materiais, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

17.1.1. A quantidade indicada no Termo de Referência, Anexo I, é meramente estimativa de consumo e será ativada ou desativada de acordo com as necessidades do Tribunal.

17.2. O prazo de validade da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, nos termos do artigo 12, *caput*, do Decreto nº 7.892/2013.

17.3. Não será permitida adesão à Ata de Registro de Preços referente ao objeto deste edital.

## **18. DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

18.1. Durante a vigência da ata, os preços registrados serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

18.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, este E. Tribunal convocará os fornecedores/prestadores de serviço visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado.

18.2.1. O Tribunal poderá rever semestralmente se os preços registrados estão compatíveis com os de mercado.



18.2.2. Os fornecedores/prestadores de serviço que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

18.2.3. A ordem de classificação dos fornecedores/prestadores de serviço que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

18.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor/prestador de serviço não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá liberá-lo do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

18.3.1. Ocorrendo a liberação do fornecedor/prestador de serviço, conforme subitem 18.3, o Tribunal irá convocar os demais fornecedores/prestadores de serviço visando igual oportunidade de negociação.

18.4. Não havendo êxito nas negociações, este E. Tribunal procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de ajuste mais vantajoso.

## **19. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

19.1. O registro do fornecedor/prestador de serviço será cancelado quando:

- I. descumprir as condições da ata de registro de preços;
- II. não retirar a Nota de Empenho ou a Autorização de Compra no prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceitável;
- III. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- IV. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

19.1.1. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens I, II e IV será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

19.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- I. por razão de interesse público; ou
- II. a pedido do fornecedor/prestador de serviço.

## **20. DAS SANÇÕES**

20.1. A empresa ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais, nos seguintes casos, garantidos o contraditório e a prévia defesa, observadas as disposições da Norma Operacional DIRAD/SE/MP nº 2, de 17 de março de 2017:

- I. não apresentar documentação exigida para o certame;
- II. apresentar declaração falsa;
- III. não assinar a Ata de Registro de Preços;



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
Processo de Compra nº 696/2017-1

- IV. ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- V. não manter a proposta;
- VI. falhar ou fraudar na execução do ajustado;
- VII. comportar-se de modo inidôneo, nos termos da lei;
- VIII. cometer fraude fiscal;
- IX. não retirar a Nota de Empenho, Autorização de Compra ou Ordem de Execução de Serviço.

## 21. DO FORO

21.1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Campinas - Justiça Federal do Estado de São Paulo - para dirimir toda e qualquer questão que derivar da Ata de Registro de Preços.

## 22. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

22.1. Eventuais esclarecimentos e/ou providências referentes ao presente certame poderão ser solicitados ao(à) Pregoeiro(a) por quaisquer interessados, em até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, através do e-mail [licita@trt15.jus.br](mailto:licita@trt15.jus.br) ou pelo telefone (19) 3231-9500, ramal 2580 ou 2523. O(A) Pregoeiro(a) decidirá sobre o pedido, disponibilizando as respostas diretamente no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), no campo "MENSAGENS", no link correspondente a este Edital.

22.2. O ato convocatório deste pregão poderá ser impugnado por qualquer pessoa, física ou jurídica, até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico: [licita@trt15.jus.br](mailto:licita@trt15.jus.br).

## 23. DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. Os julgamentos de recursos, as notificações de decisões, bem como a instrução para realização de atos pelas empresas poderão ser realizadas por transmissão eletrônica, fac-símile ou ofício, cujo envio será certificado pelo(a) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio.

23.2. Aplicam-se às omissões deste instrumento convocatório, os princípios e as disposições legais e regulamentares que regem a matéria, especialmente as indicadas no preâmbulo deste edital

23.3. Este Instrumento de edital é proveniente de Termo de Referência devidamente aprovado pela autoridade competente, conforme inciso II, artigo 9º do Decreto 5.450/2005.

Campinas, 16 de novembro de 2017.

Simone Fuchs  
Pregoeiro(a) responsável pelos procedimentos  
Artigo 11, Decreto 5.450/2005.



## ANEXO I AO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

1.1. Registro de Preços para eventual aquisição e instalação de módulos para tablado e carpetes para tablados destinados às salas de audiência, a serem utilizados nas Unidades de todas as circunscrições deste E. Tribunal.

#### 1.2. Especificações dos materiais:

1.2.1. Módulos em compensado laminado naval, com espessura de 15 mm, medindo 2 m de comprimento, 1 m de largura e 0,15 m de altura, unidos por parafusos para atingir a medida necessitada (geralmente, 4 m x 2 m x 0,15 m ou medidas de largura de acordo com o tamanho da sala).

1.2.2. Após a montagem dos módulos no local, o tablado deve receber acabamento com carpete tipo forração, na cor cinza grafite.

1.2.3. A instalação deverá ser feita em todas as Unidades das Circunscrições, em quantidades previstas por Circunscrição, de acordo com o descritivo constante do item 4 deste Termo de Referência.

1.2.4. Carpete: tipo forração, alto tráfego, agulhada com base resinada, com espessura de 4 a 5 mm, na cor cinza grafite, devidamente instalados em tablados.

1.3. Os desenhos dos módulos, nos formatos PDF e CAD integram o Anexo "A" deste Termo de Referência e poderão ser obtidos, juntamente com o presente edital, no endereço eletrônico: <http://portal.trt15.jus.br/downloads>.

#### 1.4. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

1.4.1. O fabricante e/ou o fornecedor deve observar os critérios da rastreabilidade e da origem dos insumos de madeira a partir de fontes de manejo sustentável em conformidade com a norma ABNT NBR 14790:2011, utilizada pelo Cerflor, ou com o padrão FSC-STD-40-004 V2-1. A comprovação da conformidade deve ser feita por meio do Certificado de Cadeia de Custódia e/ou Selo de Cadeia de Custódia do Cerflor ou do FSC.

### 2. VISTORIA

2.1. É facultativa. Caso queiram, para a elaboração de suas propostas, as empresas licitantes poderão proceder à vistoria prévia dos locais onde eventualmente os serviços serão executados.

2.2. É de inteira responsabilidade do licitante apurar na vistoria todas as interferências, peculiaridades, dificuldades, condições locais, medidas, quantidades e técnicas necessárias à perfeita execução do objeto, inserindo os respectivos custos no valor final de sua proposta financeira.

2.3. Não serão admitidas declarações posteriores de desconhecimento de fatos ou aspectos que impossibilitem a execução dos serviços.



### 3. SERVIÇOS

3.1. O m<sup>2</sup> mínimo solicitado em empenho será de 8 m<sup>2</sup>.

3.2. A cada solicitação do Tribunal, o fornecedor/prestador de serviço deverá dirigir-se ao local indicado, tendo previamente combinado horário com a Administração local e realizar a instalação do tablado e carpete com os materiais necessários, nas medidas/metragem previamente indicadas a cada pedido.

3.3. O fornecedor/prestador de serviço deverá deixar o local limpo após a conclusão dos serviços, ficando responsável pelo descarte dos resíduos.

3.4. Toda a instalação será fiscalizada por técnicos do Tribunal.

#### 3.5. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

- O valor contratado é pelo m<sup>2</sup> de tablado instalado (montado e carpetado) ou m<sup>2</sup> de carpete instalado.
- Módulos quando unidos formam o tablado.
- Efetuado o pedido do serviço para troca ou aquisição de tablado, mediante nota de empenho, o fornecedor/prestador de serviço deverá confeccionar os módulos em sua sede e transportá-los até o local de destino. Em seguida, unir e ajustar os módulos de acordo com o espaço solicitado e, após o tablado ajustado, aplicar o carpete na parte de cima e nas laterais aparentes do tablado.
- Efetuado o pedido do serviço para troca ou aquisição de carpete, mediante nota de empenho, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, o fornecedor/prestador de serviço deverá retirar o carpete usado (quando houver troca) e efetuar a instalação de um novo carpete na parte de cima e nas laterais aparentes do tablado.
- Os tablados deverão ser confeccionados em compensados de 15 mm naval e laminado, com acabamento liso.
- Todo material para fabricação e instalação deverá ser fornecido pelo fornecedor/prestador de serviço (compensado, carpete, parafusos, cola, etc.).
- Todas as despesas com transporte de material e mão de obra serão de responsabilidade do fornecedor/prestador de serviço.
- Os encaixes das colmeias internas dos módulos devem ser de meia madeira (encaixe em "X" para aumentar o reforço).
- Toda estrutura dos módulos deverá ser unida por parafusos.
- O tampo será fixado à colmeia usando parafusos a cada 25 cm de distância.
- Os furos internos para passagem de cabeamento devem ser de 4 cm e estar centralizados, a fim de evitar desalinhamento ao unir os módulos.
- Haverá ocasiões em que o serviço somente poderá ser executado em horários fora do expediente do TRT.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
Processo de Compra nº 696/2017-1

- Quando houver substituição do tablado ou do carpete, o fornecedor/prestador de serviço deverá fazer a desmontagem, retirada e descarte do material, de acordo com a legislação.
- Toda parte elétrica, rede e telefonia embutida sob o tablado fica por conta dos funcionários do TRT, portanto alguns serviços terão que ser executados em conjunto.

#### 4. LOTES E QUANTITATIVOS

**Lote 1 - Circunscrição I** (Americana, Amparo, Araras, Atibaia, Bragança Paulista, Campinas, Campo Limpo Paulista, Capivari, Espírito Santo do Pinhal, Hortolândia, Indaiatuba, Itapira, Itatiba, Itu, Jundiaí, Leme, Limeira, Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Paulínia, Pedreira, Piracicaba, Porto Feliz, Rio Claro, Salto, Santa Bárbara D'Oeste, São João da Boa Vista, Sumaré, Valinhos, Vinhedo).

Lote	Item	Descrição	Qtde.
1	1	<b>Fabricação e instalação de tablados carpetados para salas de audiências.</b> Módulos em compensado laminado naval, espessura de 15 mm, medindo 2 m de comprimento, 1 m de largura e 0,15 m de altura, unidos por parafusos para atingir a medida necessitada. Após a montagem dos módulos no local, o tablado deve receber acabamento com carpete tipo forração, alto tráfego, agulhada com base resinada, com espessura de 4 a 5 mm, na cor cinza grafite.	100 m <sup>2</sup>
	2	<b>Carpete:</b> tipo forração, alto tráfego, agulhada com base resinada, com espessura de 4 a 5 mm, na cor cinza grafite, devidamente instalados em tablados, fabricados em módulos com compensado laminado naval, espessura de 15 mm, medindo 2 m de comprimento, 1 m de largura e 0,15 m de altura.	50 m <sup>2</sup>

**Lote 2 - Circunscrição II** (Capão Bonito, Itanhaém, Itapetininga, Itapeva, Itararé, Piedade, Registro, São Roque, Sorocaba, Tatuí, Tietê).

Lote	Item	Descrição	Qtde.
2	1	<b>Fabricação e instalação de tablados carpetados para salas de audiências.</b> Módulos em compensado laminado naval, espessura de 15 mm, medindo 2 m de comprimento, 1 m de largura e 0,15 m de altura, unidos por parafusos para atingir a medida necessitada. Após a montagem dos módulos no local, o tablado deve receber acabamento com carpete tipo forração, alto tráfego, agulhada com base resinada, com espessura de 4 a 5 mm, na cor cinza grafite.	100 m <sup>2</sup>
	2	<b>Carpete:</b> tipo forração, alto tráfego, agulhada com base resinada, com espessura de 4 a 5 mm, na cor cinza grafite, devidamente instalados em tablados, fabricados em módulos com compensado laminado naval, espessura de 15 mm, medindo 2 m de comprimento, 1 m de largura e 0,15 m de altura.	50 m <sup>2</sup>

**Lote 3 - Circunscrição III** (Aparecida, Caçapava, Campos do Jordão, Caraguatatuba, Cruzeiro, Guaratinguetá, Jacareí, Lorena, Pindamonhangaba, São José dos Campos, São Sebastião, Taubaté, Ubatuba).

Lote	Item	Descrição	Qtde.
------	------	-----------	-------



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
Processo de Compra nº 696/2017-1

3	1	<b>Fabricação e instalação de tablados carpetados para salas de audiências.</b> Módulos em compensado laminado naval, espessura de 15 mm, medindo 2 m de comprimento, 1 m de largura e 0,15 m de altura, unidos por parafusos para atingir a medida necessitada. Após a montagem dos módulos no local, o tablado deve receber acabamento com carpete tipo forração, alto tráfego, agulhada com base resinada, com espessura de 4 a 5 mm, na cor cinza grafite.	100 m <sup>2</sup>
	2	<b>Carpete:</b> tipo forração, alto tráfego, agulhada com base resinada, com espessura de 4 a 5 mm, na cor cinza grafite, devidamente instalados em tablados, fabricados em módulos com compensado laminado naval, espessura de 15 mm, medindo 2 m de comprimento, 1 m de largura e 0,15 m de altura.	50 m <sup>2</sup>

**Lote 4 - Circunscrição IV** (Américo Brasiliense, Araraquara, Batatais, Bebedouro, Cajuru, Cravinhos, Franca, Guairá, Guariba, Igarapava, Ituverava, Jaboticabal, Matão, Mococa, Morro Agudo, Orlândia, Pirassununga, Porto Ferreira, Ribeirão Preto, São Carlos, São Joaquim da Barra, São José do Rio Pardo, Sertãozinho, Taquaritinga).

Lote	Item	Descrição	Qtde.
4	1	<b>Fabricação e instalação de tablados carpetados para salas de audiências.</b> Módulos em compensado laminado naval, espessura de 15 mm, medindo 2 m de comprimento, 1 m de largura e 0,15 m de altura, unidos por parafusos para atingir a medida necessitada. Após a montagem dos módulos no local, o tablado deve receber acabamento com carpete tipo forração, alto tráfego, agulhada com base resinada, com espessura de 4 a 5 mm, na cor cinza grafite.	100 m <sup>2</sup>
	2	<b>Carpete:</b> tipo forração, alto tráfego, agulhada com base resinada, com espessura de 4 a 5 mm, na cor cinza grafite, devidamente instalados em tablados, fabricados em módulos com compensado laminado naval, espessura de 15 mm, medindo 2 m de comprimento, 1 m de largura e 0,15 m de altura.	50 m <sup>2</sup>

**Lote 5 - Circunscrição V** (Andradina, Araçatuba, Birigui, Lins, Penápolis, Pereira Barreto).

Lote	Item	Descrição	Qtde.
5	1	<b>Fabricação e instalação de tablados carpetados para salas de audiências.</b> Módulos em compensado laminado naval, espessura de 15 mm, medindo 2 m de comprimento, 1 m de largura e 0,15 m de altura, unidos por parafusos para atingir a medida necessitada. Após a montagem dos módulos no local, o tablado deve receber acabamento com carpete tipo forração, alto tráfego, agulhada com base resinada, com espessura de 4 a 5 mm, na cor cinza grafite.	100 m <sup>2</sup>
	2	<b>Carpete:</b> tipo forração, alto tráfego, agulhada com base resinada, com espessura de 4 a 5 mm, na cor cinza grafite, devidamente instalados em tablados, fabricados em módulos com compensado laminado naval, espessura de 15 mm, medindo 2 m de comprimento, 1 m de largura e 0,15 m de altura.	50 m <sup>2</sup>

**Lote 6 - Circunscrição VI** (Adamantina, Assis, Dracena, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Rancharia, Teodoro Sampaio, Tupã).





Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
Processo de Compra nº 696/2017-1

Lote	Item	Descrição	Qtde.
6	1	<b>Fabricação e instalação de tablados carpetados para salas de audiências.</b> Módulos em compensado laminado naval, espessura de 15 mm, medindo 2 m de comprimento, 1 m de largura e 0,15 m de altura, unidos por parafusos para atingir a medida necessitada. Após a montagem dos módulos no local, o tablado deve receber acabamento com carpete tipo forração, alto tráfego, agulhada com base resinada, com espessura de 4 a 5 mm, na cor cinza grafite.	100 m <sup>2</sup>
	2	<b>Carpete:</b> tipo forração, alto tráfego, agulhada com base resinada, com espessura de 4 a 5 mm, na cor cinza grafite, devidamente instalados em tablados, fabricados em módulos com compensado laminado naval, espessura de 15 mm, medindo 2 m de comprimento, 1 m de largura e 0,15 m de altura.	50 m <sup>2</sup>

**Lote 7 - Circunscrição VII** (Barretos, Catanduva, Fernandópolis, Jales, José Bonifácio, Olímpia, São José do Rio Preto, Tanabi, Votuporanga).

Lote	Item	Descrição	Qtde.
7	1	<b>Fabricação e instalação de tablados carpetados para salas de audiências.</b> Módulos em compensado laminado naval, espessura de 15 mm, medindo 2 m de comprimento, 1 m de largura e 0,15 m de altura, unidos por parafusos para atingir a medida necessitada. Após a montagem dos módulos no local, o tablado deve receber acabamento com carpete tipo forração, alto tráfego, agulhada com base resinada, com espessura de 4 a 5 mm, na cor cinza grafite.	100 m <sup>2</sup>
	2	<b>Carpete:</b> tipo forração, alto tráfego, agulhada com base resinada, com espessura de 4 a 5 mm, na cor cinza grafite, devidamente instalados em tablados, fabricados em módulos com compensado laminado naval, espessura de 15 mm, medindo 2 m de comprimento, 1 m de largura e 0,15 m de altura.	50 m <sup>2</sup>

**Lote 8 - Circunscrição VIII** (Avaré, Bariri, Bauru, Botucatu, Garça, Itápolis, Jaú, Lençóis Paulista, Marília, Ourinhos, Pederneiras, Santa Cruz do Rio Pardo).

Lote	Item	Descrição	Qtde.
8	1	<b>Fabricação e instalação de tablados carpetados para salas de audiências.</b> Módulos em compensado laminado naval, espessura de 15 mm, medindo 2 m de comprimento, 1 m de largura e 0,15 m de altura, unidos por parafusos para atingir a medida necessitada. Após a montagem dos módulos no local, o tablado deve receber acabamento com carpete tipo forração, alto tráfego, agulhada com base resinada, com espessura de 4 a 5 mm, na cor cinza grafite.	100 m <sup>2</sup>
	2	<b>Carpete:</b> tipo forração, alto tráfego, agulhada com base resinada, com espessura de 4 a 5 mm, na cor cinza grafite, devidamente instalados em tablados, fabricados em módulos com compensado laminado naval, espessura de 15 mm, medindo 2 m de comprimento, 1 m de largura e 0,15 m de altura.	50 m <sup>2</sup>

**Obs.** Durante a vigência do registro de preços, outras Unidades eventualmente poderão ser instaladas.



## 5. MÉTODOS DE CÁLCULO PARA ESTIMAR AS QUANTIDADES

5.1. A instalação de tabladros e carpetes ocorre periodicamente, quando há necessidade de se desmontar e remontar ambientes de salas de audiências ou por motivo de desgaste dos materiais, de acordo com as necessidades de readequação dos espaços internos dos ambientes, razão pela qual o TRT precisa contar com serviços contratados especializados.

5.2. A estimativa de uso segue como parâmetro a combinação do que foi utilizado na aquisição dos módulos (ATA 078/16 com 150 m<sup>2</sup>) e aquisição e instalação do carpete (ATA 083/16 com 140 m<sup>2</sup>).

5.3. Devido à dinâmica de alterações e inaugurações de novos ambientes das Unidades do Tribunal, não é possível prever a frequência de tais ocorrências e também tomar como base o quantitativo utilizado pela circunscrição na ATA anterior.

5.4. A aquisição efetiva dos materiais durante a vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser maior ou menor do que as estimativas informadas, tudo de acordo com a demanda solicitada.

## 6. ORÇAMENTO ESTIMADO

<b>Lote 01 – Circunscrição I</b>			
<b>Item</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Unitário Estimado</b>	<b>Valor Total Estimado</b>
<b>01</b>	100 m <sup>2</sup>	R\$ 891,00	R\$ 89.100,00
<b>02</b>	50 m <sup>2</sup>	R\$ 246,00	R\$ 12.300,00
<b>Valor Total Estimado do Lote</b>			<b>R\$ 101.400,00</b>

<b>Lote 02 – Circunscrição II</b>			
<b>Item</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Unitário Estimado</b>	<b>Valor Total Estimado</b>
<b>01</b>	100 m <sup>2</sup>	R\$ 969,00	R\$ 96.900,00
<b>02</b>	50 m <sup>2</sup>	R\$ 309,50	R\$ 15.475,00
<b>Valor Total Estimado do Lote</b>			<b>R\$ 112.375,00</b>

<b>Lote 03 – Circunscrição III</b>			
<b>Item</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Unitário Estimado</b>	<b>Valor Total Estimado</b>
<b>01</b>	100 m <sup>2</sup>	R\$ 944,50	R\$ 94.450,00
<b>02</b>	50 m <sup>2</sup>	R\$ 310,50	R\$ 15.525,00
<b>Valor Total Estimado do Lote</b>			<b>R\$ 109.975,00</b>

<b>Lote 04 – Circunscrição IV</b>			
<b>Item</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Unitário Estimado</b>	<b>Valor Total Estimado</b>
<b>01</b>	100 m <sup>2</sup>	R\$ 911,50	R\$ 91.150,00
<b>02</b>	50 m <sup>2</sup>	R\$ 303,50	R\$ 15.175,00
<b>Valor Total Estimado do Lote</b>			<b>R\$ 106.325,00</b>

<b>Lote 05 – Circunscrição V</b>			
<b>Item</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Unitário Estimado</b>	<b>Valor Total Estimado</b>
<b>01</b>	100 m <sup>2</sup>	R\$ 973,00	R\$ 97.300,00
<b>02</b>	50 m <sup>2</sup>	R\$ 311,50	R\$ 15.575,00
<b>Valor Total Estimado do Lote</b>			<b>R\$ 112.875,00</b>



<b>Lote 06 – Circunscrição VI</b>			
<b>Item</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Unitário Estimado</b>	<b>Valor Total Estimado</b>
<b>01</b>	100 m <sup>2</sup>	R\$ 968,50	R\$ 96.850,00
<b>02</b>	50 m <sup>2</sup>	R\$ 357,00	R\$ 17.850,00
<b>Valor Total Estimado do Lote</b>			<b>R\$ 114.700,00</b>

<b>Lote 07 – Circunscrição VII</b>			
<b>Item</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Unitário Estimado</b>	<b>Valor Total Estimado</b>
<b>01</b>	100 m <sup>2</sup>	R\$ 956,00	R\$ 95.600,00
<b>02</b>	50 m <sup>2</sup>	R\$ 329,00	R\$ 16.450,00
<b>Valor Total Estimado do Lote</b>			<b>R\$ 112.050,00</b>

<b>Lote 08 – Circunscrição VIII</b>			
<b>Item</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Unitário Estimado</b>	<b>Valor Total Estimado</b>
<b>01</b>	100 m <sup>2</sup>	R\$ 956,00	R\$ 95.600,00
<b>02</b>	50 m <sup>2</sup>	R\$ 350,00	R\$ 17.500,00
<b>Valor Total Estimado do Lote</b>			<b>R\$ 113.100,00</b>

## **7. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO**

O FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO se compromete a dar plena e fiel execução à ata de registro de preços e se obriga a:

7.1. Nomear um preposto, aceito pelo TRT, para representá-lo durante o período de vigência da Ata.

7.2. Comunicar, durante a vigência da ata de registro de preços, quaisquer alterações havidas em seu contrato social, bem como manter, devidamente válidas e atualizadas, as certidões de regularidade previdenciária, fiscal e trabalhista.

7.3. Não ceder ou transferir para terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o objeto desta licitação, ressalvadas as hipóteses de transformação empresarial previstas no art. 78, inciso VI. da Lei n.º 8.666/1993, salvo se previamente autorizado por escrito pelo TRT e a seu exclusivo critério.

7.4. Observar as seguintes recomendações, constantes do “Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 2ª Edição”, instituído pelo CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho (Resolução nº 103, de 25/05/2012):

- a) obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego;
- b) fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços, fiscalizando o seu uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE;
- c) comprovar, antes da efetivação desta contratação e manter essas condições, que poderão ser verificadas constantemente durante toda a vigência da Ata de Registro de Preço, sob pena de cancelamento do ajuste:



- c.1) Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011; e
- c.2) Não ter sido condenada, a empresa ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nºs 29 e 105.

7.5. Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução dos serviços, nos termos do artigo 12 da Lei 8.666/93 e dos incisos II e IV do artigo 4º do Decreto nº 7.746/2012, conforme artigo 4º, § 1º, da Instrução Normativa nº 1/2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

7.6. Além de respeitar todas as condições estabelecidas em futura Ata, o fornecedor/prestador de serviço obrigará-se também a:

- a) após a licitação, a empresa vencedora do certame deverá fabricar 01 (um) módulo de tablado e submeter à apreciação da Coordenadoria de Manutenção do TRT para aprovação, ocasião em que será avaliada a montagem da estrutura, afixação dos parafusos, as furações e acabamento geral;
- b) fornecer mão de obra especializada, ferramental adequado aos equipamentos, materiais para limpeza e conservação da área comum;
- c) fazer tantas visitas quantas forem necessárias para a execução dos serviços;
- d) na execução dos serviços haverá um técnico do Tribunal para orientar e verificar a qualidade do serviço e do material utilizado;
- e) todos os serviços executados serão fiscalizados pela Coordenadoria de Manutenção do TRT, que fará vistorias no local;
- f) apresentar seus funcionários devidamente uniformizados, portando identificação pessoal e funcional, bem como EPI's, ficando responsável pela fiscalização do uso devido dos mesmos;
- g) quando houver substituição do tablado ou do carpete, o fornecedor/prestador de serviço deverá fazer a desmontagem, retirada e descarte de todo resíduo retirado;
- h) em caso de substituição de tablado, o mobiliário existente sobre o tablado antigo, quando houver nos mesmos conexões elétricas, lógicas e telefônicas, será desmontado e retirado por técnicos deste Tribunal;
- i) toda a parte elétrica, rede e telefonia embutida sob o tablado fica por conta dos funcionários do TRT, portanto alguns serviços terão que ser executados em conjunto;
- j) providenciar, às suas expensas, a remoção do revestimento existente, bem como dos resíduos e entulhos provenientes dos serviços realizados, com o devido descarte em local apropriado e permitido pela Prefeitura local;



- k) todos os danos causados pelo fornecedor/prestador de serviço na execução dos serviços serão reparados, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação pelo Tribunal, por ressarcimento ou contratação de terceiro para realizar os reparos, tudo às expensas do fornecedor/prestador de serviço.

## **8. RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO**

8.1. O FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO será responsabilizado civilmente por danos causados diretamente ao TRT ou a terceiros na execução do contrato ou, ainda, por danos provocados por seus profissionais aos bens e instalações onde estiverem desenvolvendo suas atribuições e pelo extravio de documentos ou objetos do TRT, quando comprovados dolo, negligência, imprudência ou imperícia. Deverá o fornecedor/prestador de serviço proceder, imediatamente, aos reparos necessários ou ao pagamento da indenização correspondente, sob pena de dedução do seu importe por ocasião dos pagamentos.

8.2. Responderá também, administrativamente, o fornecedor/prestador de serviço, por qualquer descumprimento a obrigações de natureza trabalhista, tributária ou fiscal e ético-profissional impostas pelos órgãos públicos, decorrentes da execução do contrato.

8.3. O fornecedor/prestador de serviço responsabilizar-se-á pela qualidade, eficiência e presteza na realização do objeto contratado, em conformidade com as condições estabelecidas neste instrumento.

## **9. OBRIGAÇÕES DO TRT**

9.1. O TRT se compromete a dar plena e fiel execução à presente Ata, respeitando todas as condições estabelecidas, obrigando-se ainda a efetuar, no prazo estabelecido neste Termo de Referência, o pagamento dos materiais efetivamente instalados e definitivamente recebidos.

## **10. PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

10.1. Sempre que julgar necessário, o TRT solicitará, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecimento e a instalação dos materiais registrados, na quantidade que for preciso, mediante Nota de Empenho, Autorização de Compra ou Ordem de Execução de Serviço.

10.1.1. A Nota de Empenho, Autorização de Compra ou Ordem de Execução de Serviço será enviada via fac-símile ou correspondência eletrônica ao fornecedor/prestador de serviço, o qual deverá confirmar o recebimento no prazo de 1 (um) dia. Caso o fornecedor/prestador de serviço não possua aparelho de fac-símile ou endereço eletrônico, a Nota de Empenho ou Autorização de Compra deverá ser retirada junto à Coordenadoria/Seção emitente, no prazo de 1 (um) dia, contado a partir da convocação.

10.1.1.1. Caso o fornecedor/prestador de serviço não confirme o recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Compra ou Ordem de Execução de Serviço em 01 (um) dia, ou o faça após o prazo, será considerada a data de transmissão de um desses documentos para efeito de contagem de prazo de entrega do material.

10.1.2. O prazo para confirmação do recebimento ou para retirada da Nota de Empenho, Autorização de Compra ou Ordem de Execução de Serviço poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor/prestador de serviço durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo TRT.



10.1.3. A não confirmação do recebimento ou a não retirada da Nota de Empenho, Autorização de Compra ou Ordem de Execução de Serviço no prazo previsto, bem como a constatação de irregularidade fiscal, trabalhista e/ou previdenciária do fornecedor/prestador de serviço, por ocasião do empenho da despesa, implicará aplicação de multa de 1 % (um por cento) sobre o valor da Nota de Empenho ou Autorização de Compra ou ainda sobre o valor a ser empenhado, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

10.2. O fornecedor/prestador de serviço obrigará-se a efetuar a entrega e instalação dos materiais no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar do recebimento ou da retirada da Nota de Empenho, Autorização de Compra ou Ordem de Execução de Serviço.

10.2.1. Os materiais deverão ser entregues e instalados em quaisquer Unidades pertencentes às circunscrições do TRT, conforme relação apresentada no item 4, em dia de expediente normal, em horário previamente agendado com o(a) Coordenador(a) da Unidade, acompanhado das respectivas notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, nas quantidades indicadas através da Nota de Empenho, Autorização de Compra ou Ordem de Execução de Serviço.

10.3. O fornecedor/prestador de serviço obrigará-se a oferecer um prazo de garantia dos materiais de, no mínimo, **12 (doze) meses**, bem como garantir os serviços de instalação pelo prazo de, no mínimo, **06 (seis) meses**, a contar do recebimento definitivo por este Tribunal.

## **11. RECEBIMENTO E PAGAMENTO DO OBJETO**

11.1. O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega e instalação dos materiais, atendidas as especificações constantes neste edital e apresentadas as respectivas notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, quando será emitido o termo de recebimento provisório, conforme dispõe o artigo 73, inciso II, alínea "a" da Lei n.º 8.666/93.

11.2. O recebimento definitivo ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, quando será emitido o termo de recebimento definitivo, em consonância com o artigo 73, inciso II, alínea "b", da Lei n.º 8.666/93, apresentada a respectiva nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, cuja conferência e atestação serão feitas pelo Coordenador de Manutenção do TRT.

11.2.1. No texto da nota fiscal ou nota fiscal/fatura deverão constar, obrigatoriamente, o objeto da licitação, a quantidade, os valores unitário e total, bem como o número do processo que deu origem à aquisição (Processo de Compra nº 696/2017-1 – Pregão Eletrônico-SRP).

11.3. Na ocorrência de qualquer circunstância que desaprove o recebimento definitivo, o mesmo ficará pendente e o pagamento suspenso até o saneamento das irregularidades, não podendo o fornecedor/prestador de serviço, em nenhuma hipótese, interromper os demais fornecimentos e instalações eventualmente pendentes, sendo que durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa do fornecedor/prestador de serviço, não incidirá sobre o TRT qualquer ônus, inclusive financeiro.

11.4. O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira do TRT, num prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo dos materiais, conforme dispõe o artigo 73 da Lei n.º 8.666/93, sendo o crédito providenciado por meio de ordem bancária, na conta corrente indicada pelo fornecedor/prestador de serviço no processo licitatório, ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras.

11.4.1. No dia útil posterior ao da sua emissão, a ordem bancária de pagamento será remetida ao Banco do Brasil S/A - Posto de Atendimento do TRT. O período seguinte, até o





efetivo crédito do valor na conta corrente do fornecedor/prestador de serviço, refere-se aos trâmites interbancários.

11.5. No caso de atraso de pagamento, desde que o fornecedor/prestador de serviço não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos, pela contratante, encargos moratórios à taxa nominal de 6% A.A. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

11.5.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde:

EM = encargos moratórios devidos;  
N = números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;  
I = índice de compensação financeira = 0,00016438; e  
VP= valor da prestação em atraso.

## 12. SANÇÕES

12.1. Ficam estabelecidas as seguintes multas sobre o valor dos materiais instalados em atraso, contadas a partir do último dia do prazo definido neste Termo de Referência, as quais serão descontadas na fatura por ocasião do pagamento:

- até o sétimo dia de atraso, multa única de 1% (um por cento);
- a partir do oitavo dia de atraso, multa diária de 0,2% (dois décimos por cento).

12.2. Na reincidência, as multas serão cobradas em dobro.

12.3. As multas eventualmente aplicadas, seja por inexecução, seja por cancelamento do ajuste por culpa do fornecedor/prestador de serviço, serão pagas por meio de cheque nominal ao TRT.

12.3.1. Na ausência do pagamento das multas, o TRT poderá descontar o respectivo valor dos eventuais créditos do fornecedor/prestador de serviço. Inexistindo crédito em favor do fornecedor/prestador de serviço, os valores deverão ser por ele recolhidos no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação por "Aviso de Recebimento - AR", sob pena de inscrição do débito na Dívida Ativa da União, observados os procedimentos legais.

12.4. A aplicação das multas estabelecidas neste item, nos termos do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, não impede que o TRT cancele unilateralmente o ajuste e/ou aplique as demais sanções previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, no que couber, as sanções assinaladas nos artigos 87 e 88 da Lei n.º 8.666/1993.

12.5. Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos ao fornecedor/prestador de serviço o contraditório e a prévia defesa.

12.6. Se o fornecedor/prestador de serviço não efetuar a instalação dos materiais em até 10 (dez) dias após o prazo previsto, poderá ensejar, por sua culpa, o cancelamento do ajustado.

12.7. O cancelamento do ajustado por culpa do fornecedor/prestador de serviço, por inexecução do ajustado ou pela não entrega/instalação dos materiais, implicará pagamento de multa de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor total adjudicado ou do material não instalado.





Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
Processo de Compra nº 696/2017-1

### **13. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**

13.1. O fornecimento e a instalação serão acompanhados e fiscalizados pelo Coordenador de Manutenção do TRT, designado gestor da ata de registro de preços.

13.2. A fiscalização de que trata o subitem anterior será exercida no interesse da Administração.

13.3. Quaisquer exigências de fiscalização, inerentes ao objeto da Ata de Registro de Preços, deverão ser prontamente atendidas pelo fornecedor/prestador de serviço, sem qualquer ônus para este E. Tribunal.

### **14. TRANSFORMAÇÃO EMPRESARIAL, TRANSFERÊNCIA E CESSÃO DA ATA**

14.1. Ocorrendo as hipóteses de transformação empresarial previstas no artigo 78, inciso VI, da Lei nº 8.666/1993, a presente Ata poderá ser mantida com o fornecedor/prestador de serviço, ou cedida ou transferida, mediante prévia autorização por escrito do TRT e a seu exclusivo critério, e desde que:

- a) O fornecedor/prestador de serviço remanescente, ou o beneficiário da cessão ou da transferência, demonstre possuir as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital;
- b) Não se verifique fraude à licitação.

No uso de minhas atribuições, APROVO o presente Termo de Referência.

Campinas, 16 de novembro de 2017.

**Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser**  
Diretor-Geral



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
Processo de Compra nº 696/2017-1

## **ANEXO "A" AO TERMO DE REFERÊNCIA**

### **DESENHOS DOS MÓDULOS (ver subitem 1.3)**



## ANEXO II AO EDITAL - DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

### 1. Habilitação jurídica

- a) PESSOA FÍSICA: cédula de identidade.
- b) PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO:
  - Empresa individual: o registro na Junta Comercial;
  - Sociedade empresária (que não as sociedades por ações): ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial;
  - Sociedade por ações: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado de documentos de eleição dos administradores;
  - Sociedade simples: ato constitutivo inscrito no Cartório Civil (Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou Cartório de Registro de Títulos e Documentos), acompanhado de prova da diretoria em exercício;
  - Empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no Brasil: decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### 2. Regularidade fiscal e trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação.
- c) Prova de regularidade previdenciária e fiscal (federal, estadual e municipal).
- d) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), fornecido pela Caixa Econômica Federal.
- e) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho.

### 3. Qualificação técnica

- a) Apresentação de um ou mais atestados de comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, com a discriminação dos bens fornecidos/serviços prestados e respectivas quantidades, emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

### 4. Qualificação econômico-financeira

- a) Serão consideradas em boa situação econômico-financeira as empresas cujo Balanço Patrimonial revelar Índice de Liquidez Corrente maior ou igual a **1,00** (um inteiro), ou Capital Social/Patrimônio Líquido, de acordo com o Lote, a saber:

Lote 1: mínimo de R\$ 10.100,00 (dez mil e cem Reais);  
Lote 2: mínimo de R\$ 11.200,00 (onze mil e duzentos Reais);  
Lote 3: mínimo de R\$ 10.900,00 (dez mil e novecentos Reais);  
Lote 4: mínimo de R\$ 10.600,00 (dez mil e seiscentos Reais);  
Lote 5: mínimo de R\$ 11.200,00 (onze mil e duzentos Reais);  
Lote 6: mínimo de R\$ 11.400,00 (onze mil e quatrocentos Reais);  
Lote 7: mínimo de R\$ 11.200,00 (onze mil e duzentos Reais);  
Lote 8: mínimo de R\$ 11.300,00 (onze mil e trezentos Reais);

No caso de uma empresa arrematar mais de um lote, será analisado o somatório dos valores de Capital Social/Patrimônio Líquido exigidos, de todos os lotes arrematados pela empresa, conforme tabela acima (alínea "a").

Caso o somatório dos valores exceda o Capital Social/Patrimônio Líquido da empresa, a regularidade quanto à qualificação econômico-financeira recairá, tão somente, na



comprovação do índice de liquidez corrente (ILC) mínimo exigido, conforme descrito acima, na alínea "a".

a.1) O Índice de Liquidez Corrente será apurado através do Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social exigível, apresentados na forma da Lei, conforme abaixo descrito:

- I. para as sociedades regidas pela Lei n.º 6.404/76 (sociedade anônima): publicação em Diário Oficial, ou em jornal de grande circulação ou por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa ou em outro órgão equivalente;
- II. para outras sociedades empresariais (regidas pela legislação empresária): por fotocópia do livro diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticados na Junta comercial da sede ou domicílio da empresa ou em outro órgão equivalente;
- III. para as microempresas e empresas de pequeno porte (sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei n.º 123/2006): deverão ser apresentadas fotocópias do Balanço e das demonstrações de resultado do último exercício social exigível, assinados pelo administrador da empresa e pelo contador responsável.

a.2) O Capital Social/Patrimônio Líquido será apurado mediante apresentação do Balanço Patrimonial e demonstrativos contábeis do último exercício social exigível ou pelos documentos solicitados no item 1 deste Anexo III, caso neles se faça constar a referência ao Capital Social/Patrimônio Líquido e desde que a abertura da empresa tenha se dado no mesmo ano de exercício do certame.

**b) Para empresas regidas pela legislação empresarial, certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da matriz da empresa.**

b.1) Na hipótese de haver na sede da pessoa jurídica ou no domicílio da pessoa física cartórios que funcionem à revelia do distribuidor, destes também serão exigidas certidões negativas.

c) Para empresas constituídas como sociedades simples, não sujeitas à legislação comercial, certidão negativa de distribuição, expedida pelo distribuidor da sede da matriz da empresa, incluindo a negativa de insolvência.

c.1) Poderá ser apresentada certidão positiva de distribuição, desde que esteja acompanhada de certidões ou documentos emitidos posteriormente àquela certidão, que comprovem não se tratar de ações de declaração de insolvência.

**5. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal**

Declaração firmada pelo representante legal da empresa quanto ao uso de mão-de-obra de menor (Anexo V).

**TEMOS A ESCLARECER:**

- os documentos apresentados deverão ser legíveis e em original, ou por processo de cópia autenticada por Cartório competente ou por servidor da Administração, à vista da apresentação dos respectivos originais;
- não precisarão ser autenticadas as cópias de documentos e certidões cuja autenticidade possa ser verificada pela Internet;
- as certidões, quando nada dispuserem sobre sua validade, serão aceitas desde que expedidas nos seis meses anteriores à data de apresentação neste Tribunal;
- os documentos do item 3 poderão se referir a qualquer unidade da empresa;
- a ausência de qualquer dos documentos relacionados (itens 1 a 5) impossibilitará a habilitação da empresa no presente certame;



- as peças dos contratos e estatutos sociais apresentadas deverão ser suficientes para demonstrar as normas vigentes da sociedade, principalmente quanto a seu quadro societário, localização, objeto, forma de representação e representantes;
- a apresentação de estatutos e contratos sociais consolidados dispensa a apresentação de documentos a eles anteriores;
- é desnecessária a apresentação de alterações de estatuto ou contrato social que se refiram apenas a mudanças no capital da empresa, bem como alterações intermediárias que apenas expressem cláusulas que não estejam mais vigentes;
- O ramo de atividade da empresa deverá referir-se, obrigatoriamente, à unidade licitante, ao objeto deste Pregão e com os atestados de comprovação de aptidão apresentados;
- Se os dados da unidade empresarial proponente não coincidirem com os dados da unidade cadastrada, o licitante será considerado inabilitado;
- As empresas que possuírem credenciamento junto ao SICAF plenamente válido no dia da sessão e Declaração emitida por meio do SIASG/SICAF, poderão enviá-la, em substituição aos documentos referentes à Regularidade Fiscal Federal, Estadual e Municipal;
- As empresas que possuírem cadastramento no Sistema Informatizado de Registro Cadastral (SIRC) do TRT da 15ª Região poderão enviar o Certificado de Registro Cadastral, plenamente válido no dia da sessão, em substituição aos documentos relacionados neste Anexo.

#### **PARA HABILITAÇÃO DE FILIAIS:**

- caso a unidade empresarial a se habilitar seja filial, todos os documentos dos itens 2 e 5, bem como a declaração do Anexo V, deverão a ela se referir. Excetuam-se as certidões emitidas para a unidade matriz que forem válidas para as filiais;
- os documentos do item 1 deverão ser referentes à matriz e, também, deverão ser apresentados estatutos ou contratos sociais em que conste a criação da filial, assim como seu objeto, sua representação e sua localização;
- o documento do item 4 deverá ser referente à matriz da empresa, mesmo que a unidade a se habilitar seja filial.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
Processo de Compra nº 696/2017-1

### ANEXO III AO EDITAL – PROPOSTA ATUALIZADA DE PREÇOS

Informamos, a seguir, o **Valor Total do Lote** para Registro de Preços visando a eventual fornecimento e instalação de módulos para tablado e carpetes para tablados destinados às salas de audiência, a serem utilizados nas Unidades de todas as circunscrições deste E. Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, conforme descrições contidas no Anexo I – Termo de Referência, Anexo IV – Ata de Registro de Preços e nos esclarecimentos eventualmente consignados na licitação - campo "mensagens" do site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), partes integrantes do edital do Processo de Compra nº 696/2017-1 – Pregão Eletrônico.

Lote __ - Circunscrição __			
Item	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	100 m <sup>2</sup>		
02	50 m <sup>2</sup>		
Valor Total do Lote			

**Proposta válida por 90 (noventa) dias.**

#### DADOS DA EMPRESA

NOME DA EMPRESA:

ENDEREÇO:

CIDADE:

ESTADO:

CEP:

TELEFONE:

FAX:

E-MAIL:

CNPJ:

BANCO:

AG. N.º:

CONTA CORRENTE N.º:

Local e data:

Nome do representante legal da empresa  
Carimbo da empresa licitante

Assinatura do representante legal da empresa



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
Processo de Compra nº 696/2017-1

**ANEXO IV AO EDITAL - MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º \_\_\_\_/2017**

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de dois mil e dezessete, na sede do TRT da 15ª Região, localizada na Rua Barão de Jaguará, 901, Centro, Campinas/SP, CEP 13015-927, o TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, daqui em diante designado meramente TRT, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 03.773.524/0001-03, neste ato representado por seu Diretor-Geral, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade RG n.º \_\_\_\_\_ e do CPF/MF n.º \_\_\_\_\_, de acordo com as atribuições que lhe foram conferidas, por delegação de competência, pela Portaria GP 06/2008, artigo 1º, inciso XXVI, publicada no DOE - Poder Judiciário - de 11/02/2008, em conformidade com o resultado do Processo de Compra n.º 696/2017-1 - Pregão Eletrônico - SRP, devidamente homologado à fl. \_\_\_\_ do aludido processo, resolve, nos termos da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, bem como da Lei n.º 10.520/02, do Decreto nº 5.450/05 e do Decreto n.º 7.892/13, REGISTRAR OS PREÇOS para eventual fornecimento e instalação de módulos para tablado e carpetes para tablados destinados às salas de audiência, a serem utilizados nas Unidades de todas as circunscrições deste E. Tribunal, da empresa abaixo identificada cujo fornecimento foi adjudicado na licitação, conforme descrito no quadro abaixo. As especificações técnicas constantes do Processo de Compra n.º 696/2017-1, bem assim os termos da proposta, integram esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição. Este registro de preços tem validade de 12 (doze) meses, nos termos do artigo 12, *caput*, do Decreto nº 7.892/2013.

**EMPRESA**

\_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ n.º \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu \_\_\_\_\_, Sr. \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_

LOTE	ITEM	Objeto	Quantidade	Marca/Modelo	Preço por Unidade (R\$)

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em três vias de igual teor, obrigando-se por si e sucessores para que surta todos os efeitos de direito, o que dão por bom, firme e valioso.

Campinas, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

\_\_\_\_\_  
**TRT**

\_\_\_\_\_  
**FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO**





Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
Processo de Compra nº 696/2017-1

## CADASTRO DE RESERVA

A empresa abaixo relacionada está incluída no Cadastro de Reserva, comprometendo-se a praticar, sob as penas da lei, os preços registrados na presente ata, no caso de exclusão da primeira colocada, ocasião em que será verificada se a empresa cadastrada mantém as condições de habilitação previstas em edital e se o produto ofertado cumpre os requisitos indicados no Termo de Referência (Anexo I), inclusive com aplicação de teste, se previsto no documento convocatório.

A inclusão no Cadastro de Reserva deve-se a manifestação da empresa nos termos do subitem 14.1.1 do Edital, obedecida a ordem da última proposta apresentada na fase competitiva.

<b>Fornecedor/Prestador de Serviço Cadastrado:</b>			
<b>Lote __ / Item __</b>	<b>Objeto</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Marca/Modelo</b>



## ANEXO V AO EDITAL - MODELO DE DECLARAÇÃO

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, **DECLARA:**

I - para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, ou emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

II - para fins do disposto na Resolução CSJT nº 103, de 25 de maio de 2012, não ter sido condenada, a empresa ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nºs 29 e 105.

III - que não possui inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011.

IV - sob as penas da lei nº 6.938/1981, que atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

V - que está ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), bem como das disposições da Resolução nº 103, de 25/05/2012, do CSJT.

VI - que está ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais **caso** exerça uma das atividades constantes no Anexo II da Instrução Normativa nº 31, de 03 de dezembro de 2009, do IBAMA.

VII - para fins do disposto no inciso VI do art. 2º da Resolução CNJ nº 7/2005, que não há em seu quadro societário, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, de magistrados ocupantes de cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

---

Cidade / data.

---

Carimbo e assinatura do representante legal.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
Processo de Compra nº 696/2017-1

## ANEXO VI AO EDITAL - MODELO DE DECLARAÇÃO

A empresa \_\_\_\_\_ (razão social do licitante), com endereço na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o número \_\_\_\_\_ vem, pelo seu representante legal infra-assinado declarar, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e, que a Empresa está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei.

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura do Representante Legal